

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594796>

Honra, genealogia e memória como estratégias de distinção familiar no sertão nordestino

Honor, genealogy and memory as strategies of family distinction in the northeastern hinterland

Honor, genealogía y memoria como estrategias de distinción familiar en el interior del nordeste

Honneur, généalogie et mémoire comme stratégies de distinction familiale dans l'arrière-pays du nord-est

 **Giovanni Alves Duarte de Sá**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Este artigo defende que os livros de memórias de caráter genealógico escritos por descendentes de famílias políticas rurais ou urbanas escondem, na sua aparente pretensão de registrar memórias e a história das cidades, na verdade, uma estratégia de dominação e legitimação moral do nome de famílias tradicionais. Essa é uma prática que não somente garante prestígio ao grupo familiar, mas também concede aos escritores da família a chancela de construção do discurso oficial sobre o local onde se originam suas práticas. Partimos da realidade da família Pereira do Pajeú, no interior de Pernambuco, a qual possui o status de tradicional pelo seu histórico político de dominação de cerca de 200 anos à frente do processo político local corroborado pela constante atualização de livros genealógicos e de memórias que produzem efeitos para além de uma inócuia nostalgia, reforçando simbolicamente a honra e distinção da família no seio social.

Palavras chaves: Memória; Genealogia; Família; Poder; Dominação.

Abstract: This article argues that genealogical memoirs written by descendants of rural or urban political families, in their apparent intention to record memories and the history of cities, actually hide a strategy of domination and moral legitimization of the name of traditional families. This is a practice that not only guarantees prestige to the family group, but also grants family writers the stamp of approval to construct the official discourse about the place where their practices originated. We start from the reality of the Pereira do Pajeú family, in the interior of Pernambuco, which has a traditional status due to its political history of domination of about 200 years at the forefront of the local political process, corroborated by the constant updating of genealogical and memoir books that produce effects beyond innocuous nostalgia, symbolically reinforcing the honor and distinction of the family within society.

Keywords: Memory; Genealogy; Family; Power; Domination.

Resumen: Este artículo argumenta que las memorias genealógicas escritas por descendientes de familias políticas rurales o urbanas, en su aparente intención de registrar recuerdos y la historia de las ciudades, en realidad ocultan una estrategia de dominación y legitimación moral del nombre de las familias tradicionales. Esta práctica no solo garantiza prestigio al grupo familiar, sino que también otorga a los escritores familiares el sello de aprobación para construir el discurso oficial sobre el lugar donde se originaron sus prácticas. Partimos de la realidad de la familia Pereira do Pajeú, en el interior de Pernambuco, que posee un estatus tradicional debido a su historia de dominación política de aproximadamente 200 años al frente del proceso político local, corroborada por la constante actualización de libros y memorias genealógicas que producen efectos que van más allá de la nostalgia inocua, reforzando simbólicamente el honor y la distinción de la familia dentro de la sociedad.

Palabras-clave: Memoria; Genealogía; Familia; Fuerza; Dominación.

Résumé: Cet article soutient que les mémoires généalogiques rédigés par les descendants de familles politiques rurales ou urbaines, dans leur apparente intention de consigner les souvenirs et l'histoire des villes, cachent en réalité une stratégie de domination et de légitimation morale des patronymes traditionnels. Cette pratique non seulement garantit le prestige du groupe familial, mais donne également aux auteurs familiaux le sceau d'approbation pour construire le discours officiel sur le lieu d'origine de leurs pratiques. Nous partons du cas de la famille Pereira do Pajeú, à l'intérieur du Pernambouc, qui jouit d'un statut traditionnel en raison de ses quelque 200 ans d'histoire de domination politique et de son rôle de premier plan dans le processus politique local. Ceci est corroboré par la mise à jour constante des livres généalogiques et des mémoires, qui produisent des effets qui dépassent la simple nostalgie, renforçant symboliquement l'honneur et la distinction de la famille dans la société.

Mots-clés: Mémoire; Généalogie; Famille; Pouvoir; Domination.

Introdução

A proposta deste artigo¹ defende o pressuposto de que os livros de memórias de caráter genealógico escritos pelos descendentes da família Pereira do Pajeú escondem, na sua aparente pretensão de registrar memórias e a história de Serra Talhada, na verdade, uma estratégia de dominação e legitimação moral do poder do nome da família no seio social. Essa é uma prática que não somente garante prestígio ao grupo familiar, mas também concede aos escritores da família a chancela de construção do discurso oficial sobre a cidade. Estes discursos, por sua vez, tendem a se fixar dentro do que Bourdieu (2008) classifica como sendo um campo de poder² especialmente, devido as posições sociais ocupadas (vereadores, prefeitos, deputados...) pelos escritores da família Pereira.

Assim, o sentido da dominação que envolve a trajetória do sobrenome Pereira no imaginário serra-talhadense se perpetua reproduzindo seus efeitos mediante um jogo por acúmulo de capitais não somente nos campos político e econômico, mas principalmente, no cultural. Dito de outro modo, um livro de memórias considerado icônico pela família Pereira do Pajeú, *Vila Bela, os Pereiras e Outras Histórias* (1974), que será analisado neste artigo, seria produto “das forças envolvidas nessas lutas e a orientação conservadora ou subversiva que lhes é dada, dependem da taxa de câmbio entre os tipos de capital, isto é, daquilo mesmo que essas lutas visam conservar ou transformar” (Bourdieu, 2008, p.51).

Na perspectiva da imanência de um jogo da honra³ por prestígio e, assim, acúmulo de capitais, membros de famílias tradicionais serra-talhadenses se esmeram em reproduzir a conservação e performances de poderes historicamente legitimados. Os livros de memórias

¹ Este artigo é um recorte de pesquisa realizada entre 2017-2022 que resultou na tese de doutorado junto ao PPGS-UFPB intitulada “O jogo da honra: Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997)”, defendida em 2022 e agraciada com menção honrosa no Prêmio ANPOCS de Teses e Dissertações 2023. A pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de bolsa de doutorado. O trabalho pode ser lido na íntegra no link: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27096?locale=pt_BR

² Em Razões Práticas (2008), Bourdieu reflete que o campo de poder não pode ser comparado a um campo político, pois não seria um campo como os outros. Ele é, antes, o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a ‘taxa de câmbio’ entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados.

³ Mais sobre o tema em: “O jogo da honra: uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997)”; “Reflexões sobre a honra como categoria de análise social: Um olhar sobre o poder familiar no Nordeste brasileiro”; “A construção de um ethos de poder familiar: o caso da oligarquia Pereira no interior de PE”; “Honra, poder e parentela política: Reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no sertão pernambucano”.

do grupo seriam, dentro dessa lógica, apenas uma das ferramentas do poder simbólico exercido por eles no exercício contínuo da dominação agindo por diferentes maneiras, como sugere Bourdieu (2008, p. 52):

A dominação não é o efeito, direto e simples, da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante) investidos de poderes de coerção. Mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.

Essa dinâmica estaria também na publicação de livros de memórias e no reforço das genealogias neles contidos. Os livros que os membros da família divulgam sobre suas histórias enquanto grupo têm, como esteio discursivo, a genealogia partindo quase sempre dos grandes patriarcas que se destacaram pela coragem no uso da força da sua espada ou do peso de seus revólveres. Nas entrevistas realizadas durante o 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú⁴, foi recorrente a apresentação dos entrevistados a partir da exaltação da própria linhagem. A título de exemplo, o idealizador do encontro, iniciou nossa conversa da seguinte forma:

Em 1932, os meus avós, Manoel Nunes Wanderley de Santa Rita e Olindina Pereira Wanderley, que no caso é neta do Barão do Pajeú, saíram daqui [Serra Talhada] e foram para Viçosa, em Alagoas. Hoje eu tenho 51 anos e sempre tive interesse em querer saber as origens da minha família paterna, o meu pai é Pereira, filho deste casal. Então, através da internet, procurei a família, criei uma página no Facebook, botei fotos e comecei a reencontrar a família. Organizamos um grupo no Whatsapp e tiveram a ideia de fazer o primeiro encontro em 2016. Foi um grande encontro com mais de 500 pessoas. Tudo por conta, digamos assim, de um alagoano Pereira (Sá, 2022, p.126).

Este depoimento chama a atenção pela carga valorativa que se dá ao se enfatizar o vínculo genealógico com grandes nomes do passado do grupo familiar. Ioiô Maroto e o Barão do Pajeú se destacaram não somente pelos relatos de coragem diante os desafios de suas épocas, mas principalmente pela posição social que ocuparam quando vivos. Neste artigo, a perspectiva de análise é de como se deu essa construção. Isto é, parte-se da premissa de que as ideias e valores que permeiam o senso da honra dos Pereiras do Pajeú encontram nos seus

⁴ Algumas das entrevistas realizadas na pesquisa ocorreram durante o 3º Encontro Nacional de Família Pereira do Pajeú, festa comemorativa do grupo realizada em novembro de 2019, em um clube privado da cidade. Na oportunidade recorremos à técnica da observação participante, onde compartilhamos da mesma mesa com um grupo de familiares, provando da comida, bebida, da música e, principalmente, das conversas que motivaram o encontro. partir da nossa imersão no 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú é possível afirmar que Pereiras são os únicos, dentre as famílias políticas mais tradicionais de Serra Talhada, que se mantêm publicamente empenhados na construção de um sentimento de distinção em favor da força do sobrenome. Na grande festa, se exalta um orgulho de “ser Pereira” e se compartilham as histórias dos antepassados. O evento também é momento para se lançar livros de memórias sobre as aventuras bélicas da família.

livros de memórias genealógicos o suporte vital que legitima a reivindicação do sentimento da honra dos membros deste grupo perante a sociedade. É quando a prática da genealogia atua não somente como delineador de parentescos inofensivos como geralmente se pode pensar, mas como instrumento de poder.

A genealogia como instrumento de poder

A genealogia é aqui reivindicada em reforço a uma lógica de poder onde o sentimento de honra age por precedência, naturalizando o papel de distinção social dos seus herdeiros Pereiras. Como dado empírico, destacamos o discurso do ex-prefeito de Serra Talhada, Carlos Evandro Pereira de Menezes (2004-2012), em evento público diante uma Câmara Municipal, no início de 2013, quando da diplomação do seu então “apadrinhado político”, sucessor e agora também ex-prefeito, Luciano Duque (2013-2020), nestes termos:

Meu sentimento é de gratidão, e este momento, me vi por duas vezes, como falei, e garanto que não sei dizer se por dois momentos eu estive mais emocionado. Na primeira vez [sua primeira eleição em 2008] era a concretização de um sonho, a continuação do trabalho dos meus antepassados que desde os primórdios de Serra Talhada estiveram presentes no desenvolvimento dessa cidade, e aqui eu cito o Comandante Superior [Manoel Pereira da Silva], o Barão da Pitombeira [Andrelino Pereira da Silva] e o deputado Argemiro Pereira [pausas para aplausos]. Eu sentia-me naquele momento como um deles, orgulhoso por poder representá-los. (...) Com o anseio de dar continuidade ao meu trabalho, me candidatei à reeleição e o povo me apoiou, ou melhor, o povo aprovou o trabalho que foi feito, o povo aprovou a nova Serra Talhada que surgiu, o povo pediu a continuidade do trabalho nas urnas e me transformou no primeiro prefeito reeleito na história do município de Serra Talhada. (...) Carlos Evandro também está entrando para a história como prefeito que além de se reeleger, fez seu sucessor. (...) Deixo de ser prefeito e passo a ser o que Carlos Evandro é há mais de 30 anos, um cidadão e um médico. Saio da vida pública, mas continuo servindo como sempre servi aos mais carentes através de minha profissão, que Deus me concedeu a honra de ser médico [pausa para aplausos]. Em nome de minha mãe aqui presente, cito aqui a ausência do meu pai, se estivesse vivo estaria aqui presente. Eu aprendi com meu pai a sermos homens em todos os sentidos. Homem de bem. Homem que trabalha. Homem sem preguiça. Homem que acorda 5 horas da manhã. Homem que respeita e que quer respeito também. Quero de coração me despedir aqui dizendo que Carlos Evandro está se afastando momentaneamente, estou me ausentando publicamente momentaneamente de um mandato com muita honra, procurei honrar através dos meus 8 anos, mas continuarei servindo a população de Serra Talhada com a ajuda de Deus, de Nossa Senhora da Penha e de minha profissão como médico (Sá, 2022, p.127).

Com base neste discurso identifica-se a existência do valor da honra por precedência (nomes dos antepassados), posição social (grupo de status: médico, prefeito, deputado, Comandante da Guarda Nacional e Barão), além de uma noção de “honra por meritocracia”, isto é, alçada por uma ideia de esforço individual que se aprende da linhagem familiar a qual forjaria “homens de bem sem preguiça que acordam às 5h da manhã”. Se atribui, no discurso

do ex-prefeito, a “honra de ser médico” a Deus e não ao conjunto de capitais sociais acumulados pela família ao longo de tantos séculos de herança de poder e dominação simbólica em Serra Talhada.

Tem-se, portanto, de um lado, uma ideia de honra por precedência naturalizada pela “missão de servir ao povo” no âmbito político devido a linhagem de seus antepassados. De outro, a posição social que se ocupa no jogo da honra pressupondo uma legitimação divina em favor de quem está no polo do privilégio. Daí se identifica a junção de três pilares que se autorreferenciam: divindade, parentesco e Estado, enunciadas publicamente por mais invisível, implícita e inofensiva que pareça.

Nesta perspectiva, a genealogia se faz mola propulsora do sentimento da honra entre àqueles que buscam reforçar sentimentos de pertença a grupos de distinção social. A genealogia é, portanto, instrumentalizada como estratégia de poder em favor da lógica da diferenciação entre famílias com e sem histórico de honrarias sociais.

Letícia Canêdo segue essa linha de pensamento ao investigar a questão das relações entre famílias e Estado. A pesquisadora reflete que os livros de memórias genealógicos, onde se delineiam casamentos, tem força de ordenar uma visão do mundo (Canêdo, 2011). No caso de famílias políticas, como os Pereiras do Pajeú, “a regularidade nas escolhas dos cônjuges, e também da atividade profissional, indica, na prática, uma lógica que garante a permanência de uma ordem política baseada sobre o poder da burocracia do Estado” (Canêdo, 2011, p. 57).

Ilustrando essa ideia, a qual reforça a noção de que os livros de memórias são instrumentos de poder, especialmente para famílias políticas, Canêdo cita que a genealogia pode ser tomada como arma na luta por perenidade política de grupos familiares ativos desde a Independência do Brasil. A autora evidencia a construção genealógica como instrumento político a partir da seguinte definição:

Uma genealogia se apresenta ao sócio-historiador sob um duplo aspecto. De um lado, como os arquivos históricos, ela está organizada de forma cronológica. Dessa maneira, reúne e ordena informações sobre nascimento, morte, casamentos etc., os quais, interpretados, servem de base às análises históricas, sociológicas e políticas. De outro lado, ela contém toda uma dimensão simbólica, resultado de uma maneira própria de conceber o real. Ela dá uma identidade à família, estabelecendo uma origem que rompe com tudo que a precedeu. O traçado regular, cronológico e cumulativo da trajetória familiar garante a continuidade e a coesão da família. A genealogia encerra e modela as práticas individuais e coletivas do presente, mas as mostra como que fazendo parte de um quadro herdado que se projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável (Canêdo, 2011, p. 58).

Tem, assim, a genealogia e, por consequência, os livros de memórias que as contém, um forte apelo afetivo que corrobora com ideia de fortalecimento de um poder simbólico, o qual prescinde de um ritual de escrita sancionado pela legitimação de uma ideia de que existe ali uma pesquisa fundamentada na coesão da família. Portanto, a genealogia se liga ao jogo

da honra a partir do reconhecimento público que a família reivindica por meio da própria trajetória e o crédito de autoridade que os escribas destes livros conferem à esfera social, como reforça Bourdieu (1989, p. 14-15):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer: ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico se define numa relação determinada e – por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a sua crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia.

Ou seja, compreender as múltiplas manifestações advindas do sistema moral da honra existentes nestes livros de memória genealógica é trabalhar na intenção de desvendar estratégias de controle, que são constitutivas de vantagens sociais dentro de um jogo por diferenciação que acaba resultando em consequências efetivas no dia a dia de quem as reproduz ao longo do tempo, especialmente, em contextos eleitorais, como nos alerta novamente Canêdo (1994, p.86-87), a partir da análise das menções públicas dos valores de honra exaltadas por famílias políticas em louvor aos seus antepassados:

A importância política da análise desses rituais está no fato de eles reativarem não só a memória familiar, mas também a da população preparando-a para o ritual maior das eleições que se sucedem em tempo marcado. O resultado delas, expresso em números, esconde dos desavisados que por trás do agregado mecânico dos resultados eleitorais está o gesto eleitoral, isto é, o gesto de marcar ou escrever um nome dentro do isolamento da cabine eleitoral e colocá-lo dentro de uma urna - gesto considerado individual, livre das relações sociais preexistentes. Entretanto, nesse gesto, costuma-se esquecer, estão embutidos todos os demais gestos da vida social. Unidos, fazem o milagre de transformar o ato de votar, construído junto aos demais mecanismos que conduziram à “invenção do cidadão”, de ato isolado em reativador de uma memória coletiva. E essa memória que intervém na hora do gesto de votar, assinalando os herdeiros, isto é, as garantias simbólicas da identidade de uma determinada comunidade. É ela que consagra, contraditoriamente, eleição após eleição, o poder dessas chamadas “linhagens políticas”.

Assim, a partir deste ponto de vista, estes livros de memória contribuem para legitimar o que Bourdieu chama de um sentido de *família como corpo*, isto é, quando a sua estrutura se perpetua “ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e divisão que é, ao mesmo tempo, princípio coletivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses” (Bourdieu, 2008, p. 130). É o que tentaremos demonstrar a partir de agora com o estudo dos principais livros de memórias publicados por membros da família Pereira ao longo das últimas 50 décadas.

O livro “sagrado” da família

Em *Vila Bela, os Pereiras e Outras Histórias*, que teve a primeira edição lançada em 1974, o autor Luis Wilson lança as bases do discurso sobre a construção moral da família Pereira do Pajeú em Serra Talhada. A obra é considerada uma espécie de “clássico” da genealogia e historiografia local, tomado por muitos pesquisadores da região como um dos livros mais importantes para se conhecer o contexto sócio-político de famílias tradicionais no Sertão, especialmente, da família Pereira.

Luis Wilson, é Luis Wilson de Sá Ferraz, que apesar de não registrar o Pereira no nome, tem o orgulho de situar a si mesmo em uma genealogia que advém da linhagem Pereira, isso, dentro do próprio livro que escreveu. A obra foi relançada em 2018. Sua linhagem Pereira advém da mãe, Maria Licor Pereira Ferraz cujos pais foram Isidoro Pereira de Aguiar e Francisca Pereira de Souza. Além de escritor, este serra-talhadense - nascido em 1917 e falecido em 1987 – também foi médico e político tendo ocupado o cargo de deputado estadual por Pernambuco.

Luis Wilson foi ainda um dos fundadores do Centro de Estudos de História Municipal (CEHM), instituição a qual financiou o livro *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias* e que, hoje, é ligada à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), mantida pelo Governo do Estado. O CEHM vem sendo responsável pela publicação de livros sobre as histórias e memórias de diversos municípios pernambucanos. No site da Família Pereira do Pajeú, o grupo define Luis Wilson da seguinte maneira:

(...) Luis Wilson de Sá Ferraz, médico oftalmologista, deputado estadual de um único mandato onde exerceu com galhardia, passando-lhe a cachaça da política (infelizmente não é de agora que homens de bem fogem da política), fez-se escritor, historiador, genealogista, memorialista e com amigos fundam o CEHM. Foi um associado exemplar, participativo, muito contribuiu com a solidificação e existência do CEHM, sem dúvidas é o maior editor da história municipal de Pernambuco. O livro *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias* chegou a ser comercializado em sebos por R\$ 800. (...) A obra continuará merecedora de muitas citações por todos que escrevem e falam do nosso sertão pernambucano por suas informações primárias, inclusive, algumas novas contempladas nesta segunda edição. Uma referência na história do sertão e porque não dizer da história de Pernambuco (Site família Pereira, 2018).

Na sua obra mais célebre, Luis Wilson traça também – além do levantamento genealógico dos Pereiras e de várias outras famílias tradicionais da região – o perfil de alguns dos “heróis” da família Pereira ao longo de décadas de combate no Sertão de séculos passados. Não coincidentemente, Luis Wilson previamente já classifica que se trata de um grupo de linhagem nobre. Reivindica-se, nas primeiras páginas do livro, que “a família

Pereira é também portuguesa ligada à Casa de Bragança, a qual pertencem os imperadores do Brasil" (Wilson, 2018, p.59).

Além de enfatizar a origem nobiliárquica dos Pereiras, faz-se importante destacar nas primeiras páginas da obra o sentido de uma origem genealógica que possa justificar a afeição pelos valores de honra ligados à valentia, coragem e à guerra que se atribui comumente aos Pereiras. Para justificar essa visão de mundo, o autor cita o patriarca da família Pereira do Pajeú, José Pereira da Silva, como oriundo do “conhecido e belicoso clã dos Feitosas dos Inhamuns⁵, no Estado do Ceará. (...) onde, segundo uma tradição existente no seio da família Feitosa, tiveram origem os Pereiras do Pajeú” (Wilson, 2018, p.66).

Corroborando a construção de uma tese genealógica que legitima uma origem de homens valentes, o livro também em seu início, associa aos Feitosas dos Inhamuns e, por consequência ao parentesco com os Pereiras, a família do cangaceiro Lampião. O autor conecta pela mesma linhagem de sangue José Ferreira da Silva, pai de Lampião citando-o como “ligado aos famosos Feitosas de São João dos Inhamuns” (Ibid, 2018, p.66). Lampião teria “herdado” a veia bética do avô Antônio Ferreira da Silva, cujo – conforme os escritos de Luis Wilson – “o verdadeiro nome nos Inhamuns, no Ceará, de onde veio para Serra Talhada no século 19, há quem diga que era Antônio Alves Feitosa” (Ibid, p.69).

Tem-se, portanto, não apenas a tentativa de construção de uma ligação parental entre Feitosas, Pereiras e Ferreiras⁵¹, mas principalmente simbólica com um grupo de antepassados “guerreiros”. É a partir de então, que o autor relata causos e aventuras dos 12 filhos do casal tronco dos Pereiras no Pajeú, José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Dentre os perfis traçados por Luis Wilson, destaca-se as nuances do primeiro filho do casal, Simplício Pereira, que reúne traços marcantes do sistema moral da honra, nestes termos:

As estórias que contam de Simplício Pereira no mundo em que ele viveu não têm fim. Uma ocasião, sete ou oito índios o aprisionaram e um deles o levava nas costas, amarrado. Peinha de Mão, um dos apelidos de Simplício (porque ele era pequeno como a peia que se bota nas mãos dos cavalos, no Sertão), conseguiu-se soltar-se com uma faca que trazia escondida e cravou no índio, saindo em desabalada carreira para a casa da fazenda. Ali, assediado por flechas, entrincheirou-se, e matou os índios que o levaram preso. Dizem também que inimitável cronista, jornalista e historiador João Brígido (1829-1921), publicou um artigo no qual apontava Simplício como autor de 50 mortes. O capitão recebeu o jornal e ao lê-lo ficou revoltado: “Jornalista, canalha, diz que sou autor de mais de 50 mortes! Que bandido!”, exclamou para a esposa, a qual teria respondido: “Mas, Simplício, contando com os caboclos brabos é capaz de passar dos 50”. [Em resposta] “Ora, que besteira, mulher”, concluiu Simplício meio enjoado: “Eu falo é de gente batizada”. Conta-se ainda que no dia em que o capitão subiu e tomou a Serra Negra, [no município] em Floresta, seu jovem e ardoroso amigo Lúcio Campos, sem saber que ele havia sido o herói do grande feito, ao chegar ao topo da serra e não o

⁵ Sabe-se que a família Feitosa era do Engenho Currais de Sirinhaém, em Pernambuco, retirando-se dali para o Ceará, onde se fixou nas cercanias de Icó, e que foi perseguida por ter tomado parte da Guerra dos Mascates em 1710. Dali, deu-se uma questão sangrenta com a família Montes. Entrelaçados com os Feitosas por um matrimônio, a rixa surgiu entre parentes acrescida mais tarde de uma luta feroz e sanguinária por terras (Wilson, 2018).

encontrando, teria dito: “Cadê, Simplício Pereira? Eu sabia que quem tem ‘aquele negócio’ tem medo.” Simplício soube da estória e disse a Lúcio: “Eu tenho ‘aquele negócio’ que você falou, mas é para outra coisa, não é pra ter medo, porque eu até hoje não sei o que é ter medo de coisa alguma neste mundo. Era assim, na realidade, o velho capitão da invicta Guarda Nacional, proprietário da fazenda Cachoeira, árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas legendas guerreiras. Simplício Pereira vive, ainda hoje, na memória dos vaqueiros e dos cantadores do Pajeú (Wilson, 2018, p.77-78).

Tem-se neste breve perfil de Simplício Pereira o resumo da imagem edificada de um “herói” pela sua coragem, especialmente, diante a sua baixa estatura. A morte mais uma vez surge como sentença legitimadora do patriarca. Tanto no assassinato de indígenas, quanto pela quantidade que se provou o seu valor com “mais de 50 mortes nas costas”. Curioso que, segundo relata Luis Wilson, a contagem de Simplício Pereira de suas vítimas fatais só é aceita moralmente entre vítimas “batizadas”. Ou seja, os que ele deva ter matado, que se sabia sem a unção da Igreja, não mereciam entrar para a sua lista de sangue. Subtende-se, desse trecho, que seria até uma “honra” para as vítimas batizadas morrerem pelas mãos deste Pereira.

A noção de justiça está, portanto, no que o Pereira julgar como certo. Desse modo, os livros de memórias escritos pelos ditos pesquisadores da família podem contribuir para sedimentar simbolicamente essa conduta. Como nos disse Bourdieu, a família considerada enquanto categoria, isto é, “palavra de ordem”, age “como princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Diante disso o autor reforça, sem dúvidas, que “as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social e que, ao mesmo tempo, existem realmente, coletivamente reconhecidas” (Bourdieu, 2008, p.127).

Nessa perspectiva, as realidades construídas pelos livros de memória de família podem fazer parte do que Bourdieu (2017) classifica como ficção bem fundamentada. Corroborando essa definição, analise-se ainda do perfil construído de Simplício Pereira, a exigência da masculinidade como reforço à noção de nobreza e honra. Luis Wilson no trecho do livro acima menciona, por meio de um diálogo, ser Simplício um suposto “avantajado”, em termos de genitália.

Na fala do personagem, o autor associa o falo à coragem e ao fato de nunca ter tido medo de homem algum. Sobre essa questão, Bourdieu explica que “não é o falo que é o fundamento desta visão de mundo e sim, é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gênero relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo constituído em símbolo da virilidade, ponto de honra (2017, p.41). Ao analisar a construção da masculinidade associado a um *habitus* viril, Bourdieu (2017, p.75) reflete que a honra se inscreve no corpo:

Sob forma de um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes visíveis na maneira natural de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, de uma atitude, uma postura, às quais corresponde uma maneira de pensar e de agir, um *ethos*, uma crença, governa o homem de honra independentemente de qualquer pressão externa. Ela dirige (no duplo sentido do termo) seus

pensamentos e suas práticas, tal como uma força (é mais forte do que ele), mas sem o obrigar automaticamente (ele pode furtar-se ou não estar à altura da exigência), ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se), mas sem se impor a ele como uma regra ou como o implacável veredito lógico de uma espécie de cálculo racional.

O “não ter medo” de Simplício Pereira, portanto, recai sobre uma ideia de destino inscrito no código de honra da família. Ele tem ainda a nobreza legitimada ao ser construído como “árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas legendas guerreiras”. Ou seja, a forma de guerrear torna-se também motivo de orgulho e de distinção própria do seu grupo.

A nobreza ou a questão de honra, no sentido do conjunto de aptidões consideradas nobres (coragem física e moral, generosidade, magnanimidade, etc) é produto de um trabalho social de nominação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas “linhas de demarcação mística” conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (...) Como a honra, ou a vergonha, o seu reverso que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros – a virilidade tem que ser validade pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (Bourdieu, 2017, p.75-77).

Tem-se, portanto, na mente e no corpo do Pereira as disposições para um *habitus* cujo valores da honra se fazem inerentes. Luis Wilson narra a construção de um “herói” sugerindo quatro características morais do sistema da honra: coragem, virilidade, aptidão para a guerra e devoção aos valores da Igreja, especialmente quando se nega a contar vítimas “não batizadas” ou quando os patriarcas se colocam no polo de uma nobreza concessionária de “perdão”.

Como exemplo, Luís Wilson (2018, p. 200) escreve que o coronel Manuel Pereira diante alguns remanescentes do massacre da Pedra do Reino já rendidos após a sanguinária batalha agiu, nestes termos: “Elevando-se à altura de um Francisco de Assis, de um São João de Deus ou de um Mahatma Gandhi”, quando se revelou “com uma alma imensa” ao dizer para os seus homens, ante um grupo de mulheres e crianças que lhe imploraram pela vida:

Meus amigos, perdão para estes desgraçados. Para que maior desgraça que terem perdidos os seus naturais protetores e acharem-se reduzidos a este lastimável estado? Perdão para eles, para que Deus também perdoe as nossas faltas. (...) Poupemos estes infelizes que, perdidos por uma má doutrina, permitiu Deus caísssem em nossas mãos para serem salvos (Wilson, 2018, p.200).

Esse trecho marca mais uma recorrência do discurso religioso na crença dos antepassados da família Pereira. A chancela do “perdão” concedido por Deus aos “guerreiros” da família, no caso do massacre da Pedra Bonita, legitima a ideia de nobreza da

ação do coronel Manuel Pereira em conceder benevolência aos “desgraçados”. É bom frisar, antes de mais nada que, como todo bom cristão, Manuel Pereira pensa primeiro na própria salvação e age, assim, por mero interesse quando diz: “Perdão para eles, para que Deus também perdoe as nossas faltas.”

Dito em outros termos, neste caso do massacre da Pedra Bonita, a ética cristã reforça a conduta dos Pereiras tanto do ponto de vista da justificação dos assassinatos quanto do perdão concedido aos sobreviventes visando, na verdade, a autoapropriação moral. Outro forte relato de Luis Wilson expõe acordos propostos pela família Pereira para lavação da sua honra por meio de acerto de contas a base de execuções sumárias, como relata o autor da seguinte maneira:

Francisco Pereira foi assassinado pelos Barbosas da Serra do Catolé começando estes a serem liquidados pela família Pereira até que, um dia, João Barbosa e um irmão, foram falar com o Padre Pereira para terminarem a questão. Manoel Pereira da Silva Jacobina (o Padre Pereira) conta-se que disse aos dois irmãos que o caso estava encerrado se eles matassem Antônio e José (assassinos de Francisco Pereira). João Barbosa teria dito então para o irmão: “Você mata Antônio e eu mato José, porque eu não posso matar Antônio que é meu sobrinho e afilhado. Acontecendo, enfim, o que João Barbosa teria dito ao irmão, terminou a briga iniciada entre as duas famílias (Wilson, 2018, p.83-84).

Um outro exemplo presente no livro de Luis Wilson que marca a conduta aristocrática na tomada de postura pela resolução de seus próprios conflitos, lembrando muito a herança aristocrática Europeia descrita por Norbert Elias, foi a exposição de versos atribuídos a Francisco Pereira (o Chico Pereira). Luis Wilson escreve que os versos revelaram a indignação do antepassado diante o Governo do Estado após assassinato do coronel João Pereira, pai de Chico Pereira, nestas palavras:

Chico pegou o criminoso dormindo, prende-o e o entregou à polícia. Essa o pôs na rua como quem vomita uma coisa ruim. Chico quebra as juras feitas ao pai e passa a viver de armas na mão. (...) Depois confessa sua descrença na Justiça e sua confissão de vingança quando vê solto o criminoso que ele mesmo entregou à prisão. [Seguem os versos atribuídos a Chico Pereira] “O juiz do que é meu / serei eu e mais ninguém / o advogado do caso / é o mesmo Chico também / A polícia solto e prenho / do modo que me convém. [Outros versos atribuídos ao Pereira]. Para mim não é vantagem / matar-se um homem algemado / Ó polícia traidora / Ó momento desgraçado / Matar assim não precisa / Isso até desmoraliza / o governo de um Estado / Agora caro leitor / nada mais tenho a dizer / No Rio Grande do Norte / Não foi possível escrever. / A polícia proibiu / porque diz que ninguém viu / Chico Pereira morrer. (Wilson, 2018, p.84).

Deste trecho tem-se, mais uma vez, a recorrência de construção do ethos guerreiro dos antepassados da família. Luis Wilson em seu livro diz que estes versos ganharam fama cantados por diversos violeiros da região. O personagem Chico Pereira virou um típico

“justiceiro” diante a postura “traidora” do Estado que não soube honrar a memória de seu pai deixando livre o homem acusado de matá-lo.

A justiça com as próprias mãos se justifica, então, pelo que membros da família concluem achar certo ao seu ponto de vista. Dos versos apresentados por Luis Wilson, no livro, há a condenação do trabalho do Estado no exercício da polícia que para Chico Pereira é “traidora” por também não oferecer “dignidade” a um homem no momento da sua morte, posto que teriam matado alguém estando algemado, fato que lhe souu como desonra e motivo de vergonha.

Soma-se a esse exemplo como recorrência dos discursos de reivindicação do lado nobre da família, o fato de Luis Wilson escrever que o bando de Chico Pereira mais lhe atrapalhava do que ajudava, porque seriam pessoas de uma classe social mais baixa, que não condizia com a postura daquele que os liderava, nestes termos: “Frequentemente [Chico Pereira] aparecia em casa e rapidamente desaparecia. Ia-se embora com seu grupo que o cercava nos momentos mais arriscados. Tal gente muitas vezes o atrapalhava mais que ajudava, pois era gente da mais baixa condição social (Wilson, 2018, p.85).

No mesmo sentido, enfatizando a nobreza da família no início do século XX, Luis Wilson descreve a casa do Barão do Pajeú, Andrelino Pereira, a partir da seguinte visão de grandiosidade e pujança: “Havia na fazenda Pitombeira [do Barão do Pajeú], 300 redes, 300 jogos de corda para armar as redes feitos de rabo de cavalo, égua e boi; 300 travesseiros e 300 lençóis. Era algo fausto e da grandeza de alguns senhores de engenho do litoral” (Wilson, 2018, p.125).

O autor também faz menção aos títulos nobiliárquicos do pai do Barão do Pajeú, Manoel Pereira da Silva, tratando-o no livro como: “Comandante Superior de Flores e Vila Bela, comissário de Serra Talhada, major e depois coronel da Guarda Nacional, intendente do município, Cavaleiro de Cristo, Comendador da Imperial Ordem da Rosa” (Wilson, 2018, p.111). E cita que a Ordem da Rosa fora criada pelo próprio Dom Pedro I, “como ordem especial em honra da belíssima esposa” a princesa Amélia Augusta Eugênia de Leuchtemberg, neta da Imperatriz Josefina da França.

Dentre os poucos relatos que faz de passagens históricas envolvendo mulheres da família (elas aparecem frequentemente apenas no reforço às genealogias), o autor traz uma passagem interessante atribuída a Antônia, neta do comendador da Ordem da Rosa, corroborando os valores de honra, dentre eles a vingança dentro da família, no início do século XX, da seguinte maneira:

Naquela época, vingança era um dever sagrado. As próprias mulheres atiçavam o ódio e a vindita. As vezes as próprias mães. No princípio do século, em Belmonte, um rapaz apanhou de um soldado numa festa, um de pé de serra. Ao voltar para casa, na manhã seguinte, ao pedir bênção a mãe (Antônia, neta do Comendador), esta lhe diz: “Não, você não é meu filho, que eu não sou casada com Cipriano (soldado com o qual o filho havia brigado ou de quem havia apanhado). Dias depois, o rapaz mata o soldado e entra para o grupo de Sebastião Pereira. Agora, quando volta a casa, sem dúvida, às carreiras, e pede a mãe a bênção, ela o recebe alegre: “Deus o abençoe, meu filho!” (Wilson, 2018, p.86).

Com base neste trecho, mais uma vez, associa-se a família Pereira a um gesto religioso (a bênção) acompanhado por sentimentos de honra e vergonha também entre as mulheres. O ato “sagrado” de anuência da matriarca só pode ser realmente legítimo se a vingança a base de sangue for validada para tirar dos ombros da família o peso rude da desonra e da humilhação. Em *O processo civilizador*, Elias investiga como a vergonha enquanto emoção mestra na condução das condutas e como ela “passou para clandestinidade nas sociedades modernas” (Scheff, 2016, p.84).

Considerações finais

Constatamos que a estratégia genealógica e memorialística da família Pereira do Pajeú a partir do seu principal livro, o *Vila Bela, Os Pereiras e Outras histórias* contêm muito do que observou Norbert Elias (1990, 1993, 1997) sobre a construção simbólica do sentimento de nobreza, honra e um orgulho de si personificado na distinção do sobrenome e repleto também do receio da vergonha social, garantindo a evocação de um *ethos de poder familiar* (Sá, 2022). Norbert Elias entendeu o significado da negação da vergonha ao perceber que esta emoção caminhava justamente “pelo subterrâneo, conduzindo a um comportamento que é alheio à consciência e compulsivo” (Scheff, 2016, p.126).

Analizando a noção de vergonha a partir de Elias, Scheff (2016, p.124) reforça que “sinais de vergonha servem não somente para nos ajudar a manter a distância correta em relação aos outros, mas também para estabelecer um direcionamento moral do nosso comportamento”. A citação destacada faz recordar uma semelhança, retomando Norbert Elias, com os relatos investigados pelo pesquisador na passagem dos costumes de pais para filhos da conduta aristocrática de distinção frente às demais classes na Europa.

Em um dos relatos de Elias, um filho leva um tapa no rosto e é destratado pelo pai por ter economizado dinheiro (*ethos burguês*), quando na verdade deveria ter esbanjado poder para mostrar de qual patamar social ele vinha. O fato de, ao contrário, ter acumulado dinheiro, seria uma conduta típica burguesa, de quem a nobreza buscava constantemente se diferenciar. Essa luta por distanciamento da burguesia, com sua maior expressão nos setores comerciais, também foi registrada por Luis Wilson na observação da conduta da família Pereira, ao escrever:

A família Pereira era constituída em sua quase totalidade de fazendeiros. A terra conferia às famílias importância, prestígio e nobreza, resquício certamente de uma sociedade em cuja fase colonial não votaram e nem podiam votar os negociantes, os que mantinham loja aberta, trabalhadores manuais, e ainda os pardos e os mestiços. Essa atitude contra o comércio, constituída entre nós, durante certa época, em sua maior parte de estrangeiros e portugueses que aqui desembarcavam de gibão e tamancos tinha sua origem, sem dúvida, no próprio Portugal, em Roma e na Grécia (Wilson, 2018, p.89).

Evidencia-se que as construções genealógicas e memorialísticas da família Pereira contêm muito – como observou Elias e diante a recorrente construção simbólica da imagem da família honrada, orgulhosa de si - o receio da vergonha. Elias entendeu o significado da negação da vergonha ao perceber que essa emoção caminha justamente “pelo subterrâneo, conduzindo a um comportamento que é alheio à consciência e compulsivo” (Scheff, 2016, p.126).

Assim, demonstramos a atualização de um jogo da honra de família com base na estratégia de dominação simbólica de um grupo familiar no interior do Nordeste com uma perpetuação no poder político quase ininterrupta na cultura política de Serra Talhada. “A compreensão destes discursos clareia um caminho analítico acerca dos efeitos de um processo civilizador na família Pereira, mas que reflete transformações em nível maior, no âmbito moral de todo o município de Serra Talhada” (Sá, 2022, p.193).

Ou seja, especificamente como uma elite política ainda disputa, simbolicamente, um jogo por distinção a partir da busca por legitimação de sentidos morais em favor do prestígio social do grupo e como tenta manter viva, nos dias de hoje, a exaltação do *ethos* de honra como mecanismo de poder familiar.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- _____. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.
- CANÊDO, Letícia B. *Caminhos da memória: Parentesco e poder*. Brasília: Revista Textos de História, UNB, 1994.
- _____. *Um capital político multiplicado no trabalho genealógico*. Revista Pós Ciências Sociais: UFMA, 2011.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (vol.1). Uma história dos Costumes. Rio Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. *O processo civilizador* (vol.2). Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SÁ, Giovanni Alves Duarte. *O jogo da honra: Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2022.

- _____. *Compreendendo a construção de um ethos de poder familiar: o caso da oligarquia Pereira no interior de Pernambuco*. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.5, n.2, dez. 2019.
- _____. *Honra, poder e parentela política: Reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no sertão pernambucano*. Revista Cadernos de Campo. Araraquara (SP). n. 25, p. 209-228. Jul./Dez. 2018.
- _____. *Reflexões sobre a honra como categoria de análise social: Um olhar sobre o poder familiar no Nordeste brasileiro*. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.8, n.1, dez. 2022.
- SCHEFF, Thomas. *Vergonha no self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff*. Recife: Bagaço, João Pessoa: Edições do GREM, 2016.
- WILSON, Luiz. *Vila Bela, Os Pereiras e Outras histórias*. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2018.

FONTES ORAIS E ELETRÔNICAS

EVANDRO, Carlos. *Discurso público durante sessão solene na Câmara Municipal de Serra Talhada. Janeiro de 2013*. Câmara Municipal de Serra Talhada. Acervo: Farol de Notícias.

WANDERLEY, Sérgio. *Depoimento entrevista no 3º Encontro da Família Pereira do Pajeú*. 16 novembro 2019.

PEREIRA, site família. Acesso em: <<https://familiapereira.net.br/>>

Recebido em: 25-01-2024

Modificado em: 29-04-2024

Aceito em: 27-05-2024

Giovanni Alves Duarte de Sá

Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). E-mail: giovannialvesduarte@gmail.com